

As Marcas do Tempo da Formação Docente... Um Ser Livre Para Voar

Irismar Holanda de Freitas

Início a minha fala, indagando: o que representou mais de 40 anos de trabalho iniciados na escola rural e encerrados na academia, desenvolvendo atos docentes na Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal do Ceará – UFC?

Separar o trabalho da vida foi difícil, porque muito jovem, quando me formei, comecei a trabalhar no interior e fui trilhando caminhos diferenciados. Cheguei à FACED carregada de experiências bem sucedidas. Ao ingressar no magistério superior na UFC, realizei ali docência por dez anos.

Não é fácil falar do que me fez como profissional durante quase 42 anos de atividades ligadas ao sistema educacional. Todas elas foram dedicadas à busca do crescimento pessoal, mediante o desenvolvimento profissional que aconteceu de forma tão bem sucedida, que não se sabe onde começa e onde termina...

Convivendo com esse sucesso, encontrei grandes concorrentes e fortes obstáculos, mas determinada a ser diferente, aqui estou. Hoje um ser livre para voar.

As marcas do tempo da formação docente: do primário ao Curso Normal

Iniciei meus estudos com uma professora diplomada na escola pública, situada na orla turística, na praia do Iguape, em Aquiraz, à época uma vila de pescadores onde morava. Anos depois, passei a residir em uma propriedade rural, situada no mesmo Município, no sítio Cajueiro do Ministro.

Em casa, para dar continuidade aos nossos estudos, foi contratada uma professora particular, leiga, que foi morar conosco. Essa oportunidade foi servindo aos parentes e aos vizinhos mais próximos.

Em 1940, fui para o internato Patronato Juvenal de Carvalho, em Cascavel. Aos oito anos de idade, realizei também meus estudos no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Guaramiranga. Depois vim para a cidade de Fortaleza onde convivi com a educação promovida no Colégio Santa Cecília e em seguida no Colégio Imaculada Conceição.

Sempre interna, durante dez anos, adquiri conhecimentos básicos do curso Primário ao curso Normal – uma formação religiosa pautada no temor a Deus, que tinha como propósitos a formação e o caráter fundado na dignidade, na seriedade, no discernimento dos fatos e das pessoas, no sistema repressivo, sem conversação; tudo isso direcionado para o crescimento, para tornar-me digna como pessoa e profissional competente.

Ser professora não foi opção minha. Acostumei-me desde cedo ao ouvir minha mãe que dizia assim pra mim: “você vai ser professora para ser independente e ajudar aos outros”. Então, desde jovem, na faixa de dez a doze anos, já estava ouvindo isso. Pouco a pouco me identifiquei com aquilo que mais tarde se tornaria opção de vida.

Concluí o Curso Normal em 1949. No segundo semestre do ano seguinte, iniciei na função docente na mesma sala de aula que fora construída para que se tornasse o local de minha experiência como professora, concretizando-se assim o sonho de minha mãe.

No campo profissional - é interessante o que falo -, os princípios pedagógicos priorizados no curso Normal nunca me valeram, ao passo que posso afirmar que foi a velha carta de ABC e a tabuada constituíram os pilares da experiência inicial.

Nesse tipo de escola isolada, eram matriculadas crianças da alfabetização à 3ª série; no mínimo 30 crianças por vez. Foram sete anos de trabalho solitário e cansativo para uma jovem que tinha a cabeça cheia de sonhos e que começava a desejar atingir um estágio mais evoluído, um cerco maior, que viesse facilitar o crescimento profissional e pessoal que se alistavam pela margem dos saberes pedagógicos sociais da vida. Isso entre os anos de 1950 e 1957.

1957: O encontro com as artes e recreação numa escola multigraduada

Em 1957, decidi-me ir para Escola de Aplicação, anexo ao Instituto Justiniano de Serpa, em Fortaleza, assumindo parceria com outra professora numa classe de jardim de infância. Dada a amplitude do ensino na escola multigraduada, fui iniciada com crianças de cinco e seis anos, onde as atividades de discriminação motora e visual e o desenvolvimento das habilidades das artes e atitudes se intercalavam à recreação dirigida e o traço especializado. Ali, a criatividade constituía o centro de interesse, energia e individualidade de cada criança, criando um mundo propício ao desenvolvimento infantil. Pouco a pouco me aprofundava na nova temática ,direcionando-me mais para a área da recreação, o que me deu o ensejo de participar de um curso de aperfeiçoamento para professores de recreação e jogos patrocinado pelo MEC/INEP, no Rio de Janeiro, em 1960.

Numa mesa de estudos e de troca de experiências entre representantes de todos os estados, só daqui de Fortaleza éramos seis professores. Na parte teórica, sob a orientação da professora Rute Gouveia, identificava-se a ideia de que Recrear é Educar, pois se

a recreação permite criar e satisfaz os fins estéticos do ser humano, confere as ricas possibilidades culturais, permite escapar do desagradável utilizando o excesso de energias ou diminuindo a tensão emocional. Uma experiência complementar, atividade compensadora que escapa a impulsos agressivos, fuga de pressão social, que propõe distração a monotonia e ansiedade.

Destaca-se que o Curso era organizado com uma carga horária intensa, dedicada ao ensino e à aprendizagem e também à prática de jogos e recreação da época, quando se estudou Psicologia da infância e da adolescência, tudo isso apropriado a cada fase de desenvolvimento. Mereceram destaque as atividades de artes propriamente ditas, desenvolvidas sob a orientação do professor Augusto Rodrigues na escolinha de Artes do Brasil. Visitas e estágios foram realizados nos vários setores de recreação, não só no Rio de Janeiro, como também em Belo Horizonte e São Paulo.

Ao retornar ao Estado e à Instituição de origem, implantamos na escola de Aplicação a área de jogos e recreação em todas as séries e turnos, afastando-me desde então das atividades regulares em sala de aula e engajando-me com o grupo especializado na formação de professores recriadores nas escolas da Capital. Concomitantemente às atividades da escola, fui recriadora do SESC.

O encontro com professores leigos

Os anos passaram-se e, com eles, começaram os questionamentos da escola pública. As estatísticas chocavam quando comparavam os índices elevados de professores leigos existentes no País, sendo o Nordeste a região com incidência mais acentuada.

Foi assim que o MEC promoveu, junto às secretarias de Educação de cada Estado, uma programação para treinamento de professores leigos em todo o território Nacional. No Ceará, a secretaria convocou professores primários de suas principais cidades que, com igual número de representantes selecionados das escolas da Capital,

formava-se o contingente que seria preparado para desencadear o processo de reciclagem de professorado leigos do Estado do Ceará. Referida preparação contou com a participação dos docentes do Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar - PA-BAEE. Naquela época, o Brasil começava a consolidar os acordos bilaterais com os EUA, que só foi aprovado no Congresso Brasileiro em 1957.

Em 1958, professores de Belo Horizonte, sobretudo, iam para os EUA para serem treinados. Voltavam a Capital mineira com a missão de formar supervisores que, mais tarde, seriam espalhados em todo o Brasil, a partir desses professores treinados em Belo Horizonte e nos EUA.

A formação das duplas de professores - um da capital e outro do interior - que seriam responsáveis pelo treinamento em cada uma das cidades selecionadas, incluía o conhecimento individual de novas tecnologias com manuseio e uso de todo o material didático preparado para tal fim, que serviria de base para o trabalho em atendimento ao objetivo pretendido pela campanha da erradicação do analfabetismo que se desencadeava no País no início de 1963. Além das aulas regulares, era nossa responsabilidade promover toda a infraestrutura e orientá-los na formação de Artes e Cultura.

No fim do dia do treinamento já eram evidentes as transformações ocorridas, surgindo, então, um novo papel para a vida de todos nós. Treinar o professorado leigo e não assistido passou a ser, então, a minha existência. Era o embrião da supervisão pedagógica que assim começava a se formar.

Logo em seguida, em maio do mesmo ano, realizou-se a seleção de professores que deveriam participar do I Encontro de Professores Supervisores do Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, sob o patrocínio do MEC/INEP no período de julho/dezembro de 1963. Terminaram o curso 30 professores do Estado e, dentre eles, encontrei alguns que participaram do treinamento acima citado, no Recife, juntamente com um grupo pernambucano, do curso ao qual me ofereci para aprofundar conhecimentos teóricos. Em todos os lu-

gares, ao mesmo tempo em que discutíamos sobre a nossa prática, nossas experiências, construíamos também material didático necessário ao começo da missão para a qual nos preparamos em toda a faculdade. O estágio foi realizado nas escolas da periferia do Recife. Foi um misto de estudo e trabalho, sob a coordenação da professora Grazielle Peregrino, no Centro Regional de Pesquisa Brasileira. Vivíamos em um período revolucionário em 1964 e foi nesse clima que a Secretaria de Educação começou a estruturação do Sistema Superior do Estado, a qual foi se aperfeiçoando através do tempo. O contingente de 52 professores supervisores formados nos vários cursos realizados no País em 1963, acrescido depois dos remanescentes do curso do PABAE, constitui o primeiro grupo de supervisores do Ceará lotado no Departamento de Ensino do 1º Grau da Secretaria de Educação, sob a coordenação da professora Maria Antonieta Cals de Oliveira. Formada a equipe central que coordenaria a implantação da atividade supervisora, as superintendências regionais de ensino - que hoje constituem as 14 Delegacias Regionais de Ensino espalhadas por todo o Estado, usando, para isso, a escolha da 1ª colocada em cada um dos cursos realizados na época - requisitou a minha integração à equipe. Durante oito anos, empenhei-me com todas as minhas forças e entusiasmo, sem escolher as conveniências, deslocando-me para o interior sempre que se fazia necessário e acreditando ser esse um dos caminhos para os professores oriundos de escolas públicas, sobretudo do aperfeiçoamento cada vez maior do professorado leigo que existia nas escolas não só do interior como na Capital. Dessa fase, podemos concluir, surgiu o professor supervisor.

A criação do centro de magistério responsável por ministrar curso de formação centrava-se no modo como ensinar, ou seja, em um cunho essencialmente metodológico dos cursos de formação dos supervisores. O supervisor se vê destacado neste período pela competência em métodos e técnicas de ensino.

O direcionamento dado *a priori* para quase todos os supervisores do ensino primário, de cunho paternalista e fiscal, fora uma con-

sequência da filosofia paternalista mantida pelo programa original. Seguidos de outros que se propunham à formação de professores supervisores, cada vez mais especializados na área de currículo. Esses cursos foram patrocinados pelo MEC/INEP no Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, em Belo Horizonte, no período de maio a dezembro 1966, ministrados em regime intensivo. O programa adotava "pacotes" metodológicos acrílicos, passados e repassados uniformemente para centenas de professores primários brasileiros de realidades diferentes, os quais recebiam como formação uniformizada em termos de objetivos, conteúdos e métodos, deixando os docentes com a responsabilidade de ajustá-los às diversidades presentes nas diferentes regiões. Diante dos fatos vividos, com a sede de descobrir novas formas de fazer o velho, quebrava-se a uniformidade de papéis, ensejando discussões profundas e abrindo-nos para um encontro, proporcionando-nos a oportunidade do rompimento do processo de alienação em que fomos submetidos ao longo da vida pessoal e profissional, tornando-me mais crítica com o rompimento das atividades iniciadas. Gravações eram feitas, inquietações demonstradas, ajuda e incentivo nos eram dados, na ânsia de vencer o tempo que parecia trabalhar contra nós.

Em 1968, ingressei na Universidade, no curso de Pedagogia, na época agregado à UFC¹. Esse foi um período muito tumultuado no País e para qual o trabalhador tinha que reivindicar mais vagas no Ensino Superior e os docentes por melhores condições de trabalho e salário digno. Lembro-me de uma greve que durou um mês e com todas as categorias mobilizadas. Reunimos todos os professores e todos que ali estavam presentes para debates e estudos da conjuntura que atingiam diversos setores. O movimento era nosso e consagrou-se com a Reforma Universitária que em parte, respondeu às reivindicações da época.

¹ N.E. A antiga Faculdade de Filosofia dos Maristas, antes de ser incluída na estrutura da Universidade Estadual do Ceará, permaneceu por algum tempo como faculdade agregada à UFC.

A Universidade expandiu-se, e o que era, até então, de uma elite, passou a ter mais a participação das classes populares. Graças à nova Lei, fui graduada em 1971 como especialista na área de Administração Escolar e no Magistério, consolidando a formação que gradativamente vinha realizando durante anos.

Antes de descobrir a vida universitária, considero importante registrar algumas atividades que desenvolvi como docente da disciplina Recreação Infantil no curso de professores supervisores no qual eu era bolsista; do treinamento dado a bolsista no curso de Pedagogia, no curso de professores supervisores no Recife; de Recreação Infantil para professores privados do Estado em Fortaleza em 1964; e das disciplinas Currículo e Supervisão, no 4º curso de administradores escolares pela Secretaria de Educação em 1969. Trabalhei também como membro do grupo de trabalho que sugeriu medidas e propostas para a implantação da Lei 5692, na qualidade de representante do Departamento de 2º grau em 1972; do grupo de trabalho para a revisão de currículo, e como da equipe de formação do serviço de supervisão do Estado em 1974 e 1975, dentre outras equipes. Logo a seguir fui coordenadora da equipe de coordenação da elaboração de currículo para as classes de alfabetização e, finalmente coordenadora do curso de treinamento para docentes universitários do Crato.

Atividade Universitária... implementando a habilitação em Supervisão Escolar

Concluída a graduação em 1971, no início de 1972, iniciei a docência no ensino superior na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, ministrando as disciplinas Metodologia da Linguagem – área para qual fiz concurso - e Supervisão Escolar e Currículos e Programas- área implantada por mim, na UFPB, em decorrência da implementação da Lei 5692/71, que indicava a inclusão das habilitações educacionais na formação do pedagogo.

Recordo, dessa época, o fato de o governo do Estado da Paraíba firmara convênio com a Universidade para que servisse de suporte à Secretaria de Educação, naquele momento, para implantação da equipe de Supervisão Escolar junto às unidades escolares do referido Estado. Foi assim que, de um momento para outro, os planos de então, da docência no ensino superior na UFPB passaram a integrar a atividade de cunho técnico junto ao grupo de estudo e discussão da nova Lei de Ensino junto a Secretaria de Educação. Foi um ano de muito trabalho, estudos, debates, cursos, encontros, seminários na UFPB.

Na FACED – UFC, desse período, vale destacar: a docência no Curso de formação de professor para Escola denominada “COMPLEXO EDUCACIONAL”, que era considerado referência e modelo para a Educação pública; docência no treinamento de professores do 1º grau, realizado na FACED; docente na disciplina Supervisão na escola de 1º grau e membro da comissão responsável pela elaboração do Projeto do Regulamento do Estágio Supervisionado para o Curso de Pedagogia na FACED.

Em 1975, já como professora assistente promovida pelo concurso, iniciara o Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na área de Supervisor Escolar como aluna especial. Passo, no ano seguinte, a integrar oficialmente a pós-graduação como aluna regular na Universidade de Campinas, (UNICAMP) tendo como área de pesquisa - Administração e Supervisão escolar, ao mesmo tempo em que realizava a parte teórica com pesquisas, seminários e debates, o que iria amadurecer o tema que seria da minha dissertação de Mestrado.

Como uma das vivências que me permitiram ampliar o raio de minha ação na área de Supervisão destaco o tempo da Licença Sabática realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, constituindo-se um intercâmbio cultural vivido entre resistências e rupturas diante dos debates promovidos à época sobre os rumos da Supervisão Escolar na perspectiva Curricular.

Eis a minha história e as marcas deixadas junto à área de Supervisão Escolar.